

Velhice, identidade e memória: Diálogos entre saúde e cultura a favor da manutenção de identidades

Daniele Borges Bezerra^I

Tatiana Bolivar Lebedeff^{II}

O texto propõe questionar a concepção do idoso como categoria naturalizada de estigma, associado a uma imagem de pessoa improdutivo. Discute-se a necessidade de analisar a concepção social do envelhecimento; o cumprimento ou não de políticas públicas em relação aos idosos, bem como promover o resgate de memórias que revelem a identidade dos idosos e contribua para a compreensão do Patrimônio Cultural. Pesquisas sobre memória e Identidade com idosos que os colocam numa posição de protagonistas evidenciam a possibilidade de promover, ao mesmo tempo, saúde mental e produção de conhecimento científico.

Palavras-chave: velhice, políticas públicas, memória

Old age, identity and memory: Dialogue between health and culture

The text proposes questioning the design of the elderly as a naturalized category of stigma, associated with an unproductive person image. It discusses the need to analyze the social conception of aging; the compliance or not of public policies associated to the elderly, as well as promote the rescue of memories that reveal the identity of the elderly and contributes to the understanding the cultural heritage. Researches on memory and identity with seniors who put them in a position of protagonists show the possibility of promoting, at the same time, mental health and the production of scientific knowledge.

Key words: elderly; public policies; memories

Artigo recebido em 17/09/2012 e aprovado em 01/02/2013.

A reflexão que pretende-se realizar parte de uma abordagem holística da pessoa em sociedade, pois almeja-se problematizar que as fronteiras entre Cultura e Saúde podem ser tênues quando o sujeito das ações, a pessoa individual e coletiva, não é cristalizada (objeto da medicina ou objeto do patrimônio) mas, compreendida sim como composto orgânico. Quando se pensa em nível de saúde conjectura-se na proteção e promoção de bem estar à pessoa considerando seu contexto social; quando se pensa em nível patrimonial conjectura-se em projetar ao futuro objetos eleitos socialmente como representantes e, portanto, fortalecedores da identidade individual e coletiva. Ambas formas de proteção à pessoa, uma em nível orgânico, outra em nível memorial, sugere-se, devem estar imbuídas do composto social, numa perspectiva holística.

Desta forma, propõe-se pensar as Políticas Públicas Culturais e de Saúde com relação ao lugar que é “concedido” ao idoso pela sociedade ocidental contemporânea. Sugere-se que são sempre muito tangenciais as questões relativas à identidade do sujeito idoso e seu lugar social. Nem sempre esses sujeitos são compreendidos para além do aspecto biológico. Convida-se, portanto, a pensar sobre os locais e papéis destinados aos idosos nas pesquisas que envolvem memória e patrimônio. Para tanto faz-se necessário analisar a maneira que a sociedade concebe o envelhecimento e, também, analisar o que dizem as políticas públicas em relação aos idosos.

Pensar o lugar do idoso na sociedade ocidental pressupõe a busca de indícios de sua inserção em sociedade. E, parece inevitável falar do idoso sem deixar de pontuar a associação de palavras de cunho pejorativo relacionadas como referência à identidade na velhice, de modo naturalizado. A mais comum é a palavra: velho^{III}, associada a algo retrógrado, com validade vencida, que caducou, expirou, démodé, entre outros.

Percebe-se na sociedade ocidental contemporânea uma exagerada preocupação com o presente e com o futuro e uma espécie de luto em relação ao passado, como um passado perdido. Este modelo de sociedade é marcado pela velocidade e pela fragmentação do tempo a partir de um ritmo industrial centrado na produção. A pessoa idosa encontra-se a meio caminho entre passado e presente sem grandes projeções para o futuro e quando desconectado da vida familiar e produtiva encontra uma inadequação em relação à sociedade na qual está inserido.

É contraditório pensar que a sociedade contemporânea aprimore seus meios de armazenamento e registros do passado e, contudo, ignore a pessoa idosa como potencial arquivo vivo de memórias de um tempo ao qual não temos acesso. O tempo passado, presente na memória de idosos e em seus saberes, é muito pouco acessado na prática. Pode-se sugerir que o idoso, geralmente posto à margem da coletividade, experimente uma sensação de deslocamento temporal, um estar fora do tempo, simbólico. Pois, por estar a ele associada uma série de estigmas de improdutivo e incapaz sente, no seu futuro que se tornou presente, uma desvalorização da sua história e da própria identidade.

Com o desafio das questões acima propostas para análise cita-se, inicialmente, um artigo da Constituição de 1988^{IV} é são marco nas respectivas áreas, nas quais busca-se possíveis fronteiras entre políticas públicas de saúde e culturais.

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante *políticas sociais* e econômicas que visem à *redução do risco de doença e de outros agravos* e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

A definição do que é normal e do que é patológico, como propõe Canguilhem^V assume dimensões que extrapolam os campos de ação das ciências da saúde e compreende a doença como parte do processo de saúde, sem estar esta vinculada a aspectos negativos. E, ainda, quando a Organização Mundial da Saúde^{VI} (OMS) define Saúde como: completo bem-estar físico, mental e social, e não apenas a ausência de doenças, afirma que o bem-estar é determinado por diversos fatores e não apenas por um aparato fisiológico funcional. Nesta definição, a "saúde mental" é entendida como um aspecto vinculado ao bem-estar, à qualidade de vida, à capacidade de exercer plenamente sua condição de pessoa e de se relacionar com os outros. Ao defini-la nesta perspectiva positiva, a OMS propõe a saúde mental para além da dicotomia saúde x doença expressa apenas a partir de sintomas. A definição revela o caráter biopsicossocial da pessoa para pensar a sua saúde como um bem estar integrado.

Tal definição ao passo que estabelece uma relação compartimentada da noção de pessoa, também a complexifica a partir de um conceito que possui implicações legais, sociais e econômicas. Permeiam-se, com isso, os campos sociológicos e das ciências exatas, evidencia-se a noção de pessoa paralela a de identidade, uma pessoa fisiocultural, que além de física está, sempre simbolicamente, vinculada ao contexto social na qual vive; às trocas que estabelece e memórias que compartilha.

Deste modo, pode-se pensar a proposição dos mecanismos de poder e controle dos corpos por Foucault^{VII}. Ou seja, um corpo tido como aparato social, um corpo construído, muitas vezes destituído, onde ficam registradas marcas de cunho temporal e inscrição social. Um corpo fabricado para e, nos espaços de retenção e isolamento, espaços estéreis sob o ponto de vista da atualização em sociedade e, contudo, vivos como contenedores de memórias. Conforme Castriota^{VIII} os lugares contêm memórias significativas para os grupos que com ela se identificam, esse composto duplo de lugar e memória sofre manipulações, interferências e com frequência é reconstituído devido à necessidade de permanência de algo que já não é mais. Acredita-se que a rememoração seja um ato constante na vida do idoso que, em momentos de ócio, transcorre longos períodos de imersão no passado. Antes de ser um ato nostálgico por natureza, propõe-se a escuta das histórias de idosos, carentes de vínculos familiares e sociais, como um ato terapêutico em si, além de uma contribuição para a memória social a qual acrescentam com sua visão de mundo.

Conforme Pelegrini^{IX} é importante gerar recursos que amenizem os efeitos homogeneizantes das culturas, decorrentes da globalização. A contemporaneidade ocidental delega ao velho uma imagem de sujeito improdutivo, inaudível e até atravancador do progresso, que se torna sem serventia e, portanto, um desvio social.

A sociedade determina, de acordo com Marques e Pachane^X, o lugar e o papel do idoso. O critério de idade não é o único usado pela sociedade, mas reúne em si justificativas para a desvalorização e não emancipação dos idosos. Nesse sentido, Oliveira, Oliveira e Scortegagna^{XI} explicam que a sociedade impõe imperativos de produção, agilidade e modernidade. O idoso, por questões biológicas, pode apresentar algumas limitações ou dificuldades, o que não significa a incapacidade de realizar tarefas e ter autonomia. Porém, na perspectiva atual, como salientam os autores, o idoso é considerado, muitas vezes, como incômodo por não atuar na velocidade e na maneira em que os jovens julgam mais correta ou mais adequada.

Paula^{XII} salienta que estamos numa sociedade em que os mais velhos não são ouvidos, não são vistos e, por consequência, não são respeitados. Ser velho, de acordo

Daniele Borges Bezerra e Tatiana Bolivar Lebedeff

com a autora, é estar à margem e, infelizmente, o idoso em nossa sociedade ainda não é visto como fonte de sabedoria.

É neste contexto que noções como pluralidade, inclusão social e exercício da cidadania são de suma importância. Para Funari^{XIII}

Logo, projetos que visem a integração entre jovens e anciãos detentores de conhecimentos e técnicas ancestrais devem constituir o ponto de partida para criação das condições propícias à transmissão dos conhecimentos e da herança cultural dos povos[...]. (Pg. 108)

A busca da longevidade, destacam Marques e Pachane^{XIV}, sempre foi uma preocupação dos homens, intimamente ligada à capacidade física e relacionada à condição de produtividade social. Os autores chamam a atenção de que a crescente melhoria nas condições de vida ao longo do tempo contribuiu para a ampliação do número de idosos na sociedade moderna. Entretanto, paradoxalmente em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que se busca a longevidade, nega-se a velhice. Ao negar a velhice a sociedade contemporânea acaba por negar, também, muitas memórias, identidades, conhecimentos, entre outros elementos, que forjaram o que somos hoje.

Ao contrário de encerrar a discussão numa leitura do social que vitimizaria o idoso na sociedade contemporânea, busca-se situar o idoso como potencial transmissor de memórias que compõem e enaltecem a identidade de seu grupo social. Para que tal função seja efetiva é necessária a compreensão do idoso como ser cultural, em posição privilegiada no compartilhamento de memórias, numa função que parece inerente à fase de vida na qual se situa.

A memória dos velhos, explicita Bosi^{XV}, pode ser trabalhada como um mediador entre a nossa geração e as testemunhas do passado. A autora ressalta, ainda, que esta memória é um intermediário informal da cultura, diferenciando dos mediadores formalizados constituídos pelas instituições, que seriam as Escolas, Igreja, Partidos Políticos, entre outros.

São claras as especificidades a que se reporta e se aplica o Art. 216 da constituição de 1988 com relação ao patrimônio:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os *bens de natureza material e imaterial*, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de *referência à identidade, à ação, à memória* dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Torna-se um desafio, portanto, pensar a busca patrimonial a partir do resgate de memórias silenciadas dos idosos, como promotora de saúde mental e, quiçá, social, uma vez que a atualização de tais memórias pode contribuir para o fortalecimento da identidade individual e coletiva de grupos marginalizados socialmente.

Nesse sentido, o Estatuto do Idoso^{XVI} reforça o direito de participação do idoso para a pesquisa de memória e discussão de patrimônio. O parágrafo 2º do artigo 21 do Capítulo V declara que:

Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Para Tedesco^{xvii} a reconstituição da memória é fundamental pelo fato de que a sociedade da informação, da técnica e da racionalidade econômico-consumista faz o tempo passar mais rápido e, com isso, os significados dos objetos são esquecidos mais rapidamente. A memória do idoso, tão pouco valorizada, em nossa sociedade tem, portanto, função imprescindível na compreensão de quem somos e de como fomos forjados e de nossas materialidades e subjetividades. O autor afirma, ainda, que a socialização ocorrida cotidianamente, a partir da comunicação, e a narração como forma artesanal de comunicação, atualizam a memória e possibilitam uma representação da vida das pessoas, ou seja, geram novas imagens a partir do presente.

Da mesma forma Le Goff^{xviii}, citando Pierre Janet, enfatiza o comportamento narrativo como ato mnemônico fundamental caracterizado, sobretudo pela sua função social, pois:

(...) se trata de comunicação a outrem de uma informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo. Aqui intervém a linguagem, ela própria produto da sociedade (pg. 421).

Pode-se sentar para ouvir uma infinidade de histórias, se houver tempo no presente veloz em que se vive e, gerar saúde mental individual e social. Da mesma forma que as políticas públicas voltadas para a saúde se ocupam desta, na qualidade de direito universal amplo, possam ser recriados e exercidos verdadeiramente, os instrumentos de proteção que compreendem a cultura de um grupo, também como reflexo de saúde social.

Uma breve revisão bibliográfica sobre pesquisas que investigaram memória em idosos, tanto institucionalizados enquanto residentes como os que participam de atividades em ONGs, pode evidenciar o grande potencial que a rememoração de lembranças, a ativação de memórias, podem ter para a saúde mental dos idosos.

Cabral Amaral e Brandão^{xix} desenvolveram um trabalho de Oficina de Memórias Autobiográficas com idosos. Entre 2003 e 2004 o trabalho foi realizado no Município de São Paulo, sendo implementado também, posteriormente, nos Municípios de Embu das Artes e Barueri. O objetivo do trabalho, segundo as autoras, foi o de “ressaltar a importância da memória autobiográfica como vetor de integração dos atores da cidade com suas raízes e a preservação do patrimônio humano”. Além disso, as oficinas possibilitavam a reflexão sobre a trajetória de vida e o resgate da memória social das cidades pelo olhar de cada indivíduo.

Como resultados das oficinas as pesquisadoras enfatizaram o resgate da dignidade e autoestima dos narradores, promovendo uma melhoria da sua qualidade de vida e a sensação de inclusão nas cidades. Nesse sentido, puderam constatar um processo de re-encontro e reapropriação da cidade por parte deste grupo de habitantes.

De maneira similar ao trabalho exposto acima, Sanches-Justo e Vasconcelos^{xx} também desenvolveram oficinas de fotografia com idosos. O objetivo geral da pesquisa, segundo os autores, era “investigar os sentidos produzidos pelo ato fotográfico na relação do idoso com o tempo e com a memória, dando maior ênfase às possibilidades da fotografia enquanto prospecção do futuro”. Nessas oficinas, que além de busca de memória tinham um caráter prospectivo, eram discutidas temáticas que levantassem questões sobre a história de vida, a memória, os desejos, sonhos e o planejamento do futuro.

Para os autores, as pesquisas com memória de idosos, além de valorizarem o idoso como detentor de experiência e conhecimento devem, também, “impulsionar à percepção de si e da própria história como um percurso que não se finda aqui e agora,

mas que continua no futuro”.

Filizola e Von Simson^{xxi} desenvolveram em uma entidade que atende pessoas de Terceira Idade, em Campinas, oficinas de fotografias com idosas com o objetivo de propiciar atividades diferentes daquelas cotidianamente desenvolvidas pelas mulheres, em suas vidas de donas de casa. A fotografia foi percebida como uma mistura de registro documental e de arte, o que para as idosas participantes era praticamente desconhecido, dado sua origem social e seu grupo etário. Ao final das oficinas foi realizada uma exposição das imagens que contribuiu para a recuperação de trajetórias pessoais. Para as autoras foi possível reconstruir “situações e vivências, que não haviam sido relatadas pela história oficial, delineando histórias diversas na cidade e na própria Vila Castelo Branco, como também, legitimando a função social dos velhos, entendida como o ato de rememorar”.

As relações entre gênero, velhice e fotografia foram discutidas por Da Costa e Choma^{xxii} a partir da de entrevistas de história oral com utilização de fotografias como recurso ativador da memória. Os autores consideram relevante, a partir do espaço social da velhice na contemporaneidade, “que mulheres e homens, ao narrarem suas histórias de vida, trazem à voz expressões do imaginário, do processo histórico vivenciado, de suas relações individuais com a memória coletiva, apropriações e identificações”. Como resultados os autores consideraram a atividade “um espaço aberto para diversificar memórias... Mais do que fechar questões, pensamos abrir para a reflexão sobre significados da rememoração para a pessoa idosa”.

Os trabalhos acima citados foram realizados com idosos que frequentavam grupos de Terceira Idade em Organizações não Governamentais. Já Reis e Amaral^{xxiii} realizaram oficinas com idosos institucionalizados em residências de longa permanência utilizando-se da memória auto-biográfica para o resgate da história afetiva positiva. As Oficinas funcionaram tendo como eixo textos previamente selecionados pelas mediadoras, por meio dos quais se procurou estimular a evocação de lembranças significativas. Os idosos participantes foram convidados a escreverem suas memórias em um caderno de memórias, nos quais foram trabalhados a atenção, a expressão oral e a escrita. Neste processo, as autoras salientam que memória, inteligência e raciocínio estão interligados estimulando os canais de comunicação e as vias neurais.

Como resultados, ao final das oficinas, cada residente e a Instituição ficaram com os cadernos de memórias onde estão contempladas suas lembranças e as de seus colegas. Os cadernos são um registro que pode ser compartilhado com as famílias de cada participante, e suas histórias permanecem como um legado para seus descendentes. Além disso, foram observados, pela área da saúde da entidade, uma diminuição de casos de depressão entre os participantes e o estreitamento de laços afetivos.

O que os trabalhos aqui apresentados apresentam em comum é o papel de protagonismo do idoso em todas as pesquisas. Além dos objetivos da pesquisa serem alcançados, tais como a discussão do gênero como em Da Costa e Choma; a compreensão da urbanização de novos espaços, como em Cabral, Amaral e Brandão, entre outros, o que fica latente é a participação ativa, o papel de protagonista e a valorização de identidades, promovendo, assim, saúde mental.

Urge, portanto, pensar criticamente sobre as origens dos mecanismos segregacionistas relacionados à contaminação social por fronteiras simbólicas e ao medo da morte como representativo risco de perda cultural e de saúde social. Bosi^{xxiv} se refere às casas de memória, a partir de Candau, como locais que alojam

pensamentos. Os espaços institucionais (sejam grupos de Terceira Idade ou Residências Permanentes) de velhos “desabeis” é da mesma forma um relicário de pensamentos e experiências que não estão encerrados no passado, como fica subliminarmente entendido no discurso “jovem”, mas no presente mesmo das emoções encerradas, à parte.

As instituições que atendem idosos localizam-se funcionalmente entre aquelas que respondem à fronteiras simbólicas determinadas pelo social. Fica evidente que a sociedade ocidental primeiro segrega (separa, estigmatiza, institucionaliza) e, depois, cria instrumentos para acolher seus desvios (controla, vigia, retém); ou, ainda, evidencia desvios e depois gera instrumentos de invisibilidade contra as ameaças de contaminação social.

Pode-se dizer desta forma, que essas instituições funcionariam como uma espécie de caixa de pandora da memória, de acordo com Huberman^{xxv}: “abri-la, verdadeiramente implica deixar escapar todos os “belos males”, todas as inquietudes de um pensamento que se volta ao seu próprio destino”

A instituição que atende idosos, não por acaso, é aqui relacionada a um relicário; uma vez que possibilita a junção de diversos atores sociais de outros tempos; idosos que assistem ao fim do curso de uma época e, também, o período que antecede o fim natural da vida, corresponde a uma fase de desvinculação, de desarticulação produtiva e simbólica evidentes na destituição de seus poderes por uma “modernidade” segregacionista, excludente e estigmatizante.

Aqui a marca presente de uma coisa ausente, exemplificada por Ricouer^{xxvi} para falar de memória, é inscrita na pele, nos ossos, e nos sentidos, mas, sobretudo socialmente, quando tais marcas denotam pejorativos sinais do tempo. Sinais degenerados do passado, ou do tempo transcorrido.

É notória a carência de iniciativas políticas e posturas educativas não apenas na área da saúde, mas também no campo cultural e patrimonial, que abranjam de maneira satisfatória, uma massa populacional capaz de obsoletar este imaginário tão multiplicado e vinculado ao final do século XIX, o século da modernização e da velocidade onde o diferente, desviante, ou mesmo a ideia da morte passam a ser motivos de medo. A cultura do corpo perfeito, dos elixires da juventude, das dietas, avanços da ciência, intervenções cirúrgicas, a banalização do descartável, gerou *Franksteins* infelizes que não se projetam para o futuro como diria Huberman^{xxvii}, relacionando narcisismo com o desejo de projeção para o futuro e a negação da morte.

Segundo Félix^{xxviii}, Le Goff relaciona os comportamentos nostálgicos nos países industrializados com uma aceleração da história:

A nostalgia das raízes levou à moda retrô, ao gosto pela história, pela arqueologia, pelo folclore, pela fotografia (enquanto criadora de memórias e recordações) e também ao prestígio a que assistimos da noção de patrimônio.

Tentativas de preservar-se no tempo, de cultivar o passado, contudo, de maneira ambivalente no que concerne à uma fase de negação completa dos ritmos do corpo e do humano, ritmos que como diria Ferreira apud Tedesco^{xxix}, cadenciam a vida social. A nostalgia e a moda retrô não re-localizaram os idosos, o velho segue sendo compreendido como alguém não pertencente ao tempo presente. Não bastarão os recursos criados quando estes não andarem conectados com a própria natureza humana e social. Não há a necessidade de uma segunda pele que subtraia os humanos deles mesmos (de sua velhice, de sua mudança).

É possível aproveitar os recursos, sempre mais disponíveis, a favor da manutenção da memória como patrimônio cultural, uma vez que sem ela na sua diversidade, não há cultura horizontal, mas imposições de regimes que nos atingem, de maneira quase subliminar, subtraindo-nos o direito de expressão, naquilo que somos, mais fortemente, distinguíveis dos outros seres: nossa humanidade.

Para Bosi^{xxx} a função do idoso poderia ser comparada a de guardião do tesouro espiritual da comunidade, porta voz da tradição, pois através da memória dos velhos pode-se ter contato com uma riqueza e uma diversidade que não se conhece. Esse contato possibilita, nas palavras da autora, a humanização do presente. Por outro lado, a impossibilidade desse contato provoca uma sensação de perda e morte, de empobrecimento para todos, pois o velho deixa de contribuir, para a comunidade, com o que é inerente à sua faixa etária: os dados das experiências, memórias, conhecimentos, vivências, dores e acertos, enfim, toda uma vida a ser contada e compartilhada.

Acredita-se, portanto, que a memória deva ser preservada, evidenciada e, multiplicada, no conjunto de um relicário vivo em constante atualização. O poder não deve ser destituído, mas, restituído e ampliado com o compartilhamento dos saberes e da valorização da pessoa idosa. Políticas Públicas de Patrimônio e Saúde devem estar mais próximas em suas proposições bem como as pesquisas na área de memória e saúde de idosos. Pesquisar a memória de idosos, sugere-se, pode garantir uma riquíssima fonte de conhecimentos bem como promover valorização de identidades e saúde mental.

NOTAS

^I Mestranda em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Especialista em Saúde Mental Coletiva, Sanitarista e Artista Plástica, atua em Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) da Prefeitura Municipal de Pelotas.

Contato: danieleborgesbezerra@yahoo.com.br (53)81124981.

^{II} Doutora em Psicologia do Desenvolvimento, Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Professora do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da UFPel.

Contato: tblebedeff@gmail.com; (53) 91591044.

^{III} Para Ecléa Bosi, que utiliza o termo velho como categoria social, no seu livro *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*: “a velhice, que é fator natural como a cor da pele, é tomada preconceitualmente pelo outro” (BOSI, 2009, p. 79).

^{IV} BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

^V CANGUILHEM, G. Do social ao vital. IN: O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

^{VI} OMS, disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25076

^{VII} FOUCAULT, M. A governamentalidade. In *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

^{VIII} CASTRIOTA, L. B. Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume, 2009.

^{IX} FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2010.

^X MARQUES, D. T. e PACHANE, G. G. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: USP, vol. 36, núm. 2, maio-agosto, pp. 475-490. 2010.

^{XI} OLIVEIRA, R.C.; SCORTEGAGNA, P. A. e OLIVEIRA, F.S. Mudanças sociais e saberes: o papel da educação na terceira idade. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*. Passo Fundo, v. 6, n. 3, p. 382-392, set./dez. 2009.

- ^{XII} PAULA, R. da S. O não-lugar da pessoa idosa na educação. *Práxis Educacional*. Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, pp. 29-43, jul./dez. 2009.
- ^{XIII} Op. Cit. (p. 108).
- ^{XIV} Op. Cit.
- ^{XV} BÓSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.
- ^{XVI} BRASIL. Lei N° 10.741, de 1° de Outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.
- ^{XVII} TEDESCO, J. C. *Memória e Cultura: O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- ^{XVIII} LE GOFF, J. *História e memória*. 4ª impressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.
- ^{XIX} CABRAL, P.; AMARAL, R. e BRANDÃO, V. *Oficinas de memória autobiográfica. Conversando com idosos: o registro das memórias vivas*. São Paulo: Revista Kairós. 12(1), jan, , pp. 257-274. 2009.
- ^{XX} SANCHES-JUSTO, J. e VASCONCELOS, M. S. *Pesquisa em psicologia social com a terceira idade*. Assis: Revista de Psicologia da UNESP 9(2), pp. 168-171. 2010.
- ^{XXI} FILIZOLA, M. L. S. e VON SIMSON, O. R. de M. *Fotografia e pesquisa-ação: uma experiência*. ETD – Educação Temática Digital. Campinas: v.12, n.2, p.211-232, jan./jun. 2011.
- ^{XXII} DA COSTA, T. L. e CHOMA, D. *Caleidoscópios narrativos: lembranças de homens e mulheres*. Anais do 8°. Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/index.html>.
- ^{XXIII} REIS, M. A. L. e AMARAL, R. *Oficina de memória autobiográfica em Instituição de Longa Permanência para Idosos*. Acervo Digital da ONG Oficina Memória Viva. Disponível em: <http://www.oficinamemoriaviva.com.br/home/artigos/2008oficinaautobiografica.pdf>
- ^{XXIV} BÓSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006
- ^{XXV} HUBERMAN, G. D. *O que vemos, o que nos olha*. São Paulo: Editora34. 1998.
- ^{XXVI} RICOUER, P. *Memória, história e esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Parte 3.
- ^{XXVII} Op.Cit.
- ^{XXVIII} FÉLIX, L.O. *História e Memória: a problemática da pesquisa*. 2ª edição. Passo Fundo. UPF: 2004.
- ^{XXIX} TEDESCO, J. C. *Memória e Cultura: O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos*. Porto Alegre: EST Edições, 2001.
- ^{XXX} Op.Cit.

REFERÊNCIAS:

BÓSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 13.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm

BRASIL. Lei N° 10.741, de 1° de Outubro de 2003 – Estatuto do Idoso.

CABRAL, P.; AMARAL, R. e BRANDÃO, V. *Oficinas de memória autobiográfica. Conversando com idosos: o registro das memórias vivas*. São Paulo: Revista Kairós. 12(1), jan, , pp. 257-274. 2009.

CANGUILHEM, G. *Do social ao vital*. IN: *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CASTRIOTA, L. B. *Patrimônio cultural: conceitos, políticas, instrumentos*. São Paulo: Annablume, 2009.

DA COSTA, T. L. e CHOMA, D. *Caleidoscópios narrativos: lembranças de homens e mulheres*. Anais do 8°. Seminário Internacional Fazendo Gênero: Corpo, Violência e Poder. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/index.html>.

FÉLIX, L.O. História e Memória: a problemática da pesquisa. 2ª edição. Passo Fundo. UPF: 2004.

FOUCAULT, M. A governamentalidade. In Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FILIZOLA, M. L. S. e VON SIMSON, O. R. de M. Fotografia e pesquisa-ação: uma experiência. ETD – Educação Temática Digital. Campinas: v.12, n.2, p.211-232, jan./jun. 2011.

FUNARI, P. P. A.; PELEGRINI, S. C. A.; RAMBELLI, G. Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais. São Paulo: Annablume, 2010.

HUBERMAN, G. D. O que vemos, o que nos olha. São Paulo: Editora34. 1998.

LE GOFF, J. História e memória. 4ª impressão. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

MARQUES, D. T. e PACHANE, G. G. Formação de educadores: uma perspectiva de educação de idosos em programas de EJA. Educação e Pesquisa. São Paulo: USP, vol. 36, núm. 2, maio-agosto, pp. 475-490. 2010.

OLIVEIRA, R.C.; SCORTEGAGNA, P. A. e OLIVEIRA, F.S. Mudanças sociais e saberes: o papel da educação na terceira idade. Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano. Passo Fundo, v. 6, n. 3, p. 382-392, set./dez. 2009.

OMS – Convenção Mundial de Saúde.

Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=25076

PAULA, R. da S. O não-lugar da pessoa idosa na educação. Práxis Educacional. Vitória da Conquista, v. 5, n. 7, pp. 29-43, jul./dez. 2009.

REIS, M. A. L. e AMARAL, R. Oficina de memória autobiográfica em Instituição de Longa Permanência para Idosos. Acervo Digital da ONG Oficina Memória Viva. Disponível em: <http://www.oficinamemoriaviva.com.br/home/artigos/2008oficinaautobiografica.pdf>

RICOUER, P. Memória, história e esquecimento. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. Parte 3.

SANCHES-JUSTO, J. e VASCONCELOS, M. S. Pesquisa em psicologia social com a terceira idade. Assis: Revista de Psicologia da UNESP 9(2), pp. 168-171. 2010.

TEDESCO, J. C. Memória e Cultura: O coletivo, o individual, a oralidade e fragmentos de memórias de nonos. Porto Alegre: EST Edições, 2001.

TEDESCO, J. C. Usos de Memórias: política, educação e identidade. Passo Fundo: UPF, 2002.